

Sumário

CAPÍTULO 1 ► Do Procedimento Relativo aos Processos da Competência do Tribunal do Júri

19

Introdução	19	Participação em automutilação	
Origem histórica do Júri.....	19	(Lei 13.968/19).....	27
O Júri no Brasil.....	20	Genocídio	29
O Júri de ontem	20	Crimes contra a economia popular e	
O Júri de hoje	21	Lei de Imprensa	30
Princípios constitucionais que regem		Exceções.....	31
o Júri	22	Lei n. 13.491/2017 – A ampliação da	
Plenitude da defesa	22	competência da Justiça Militar e demais	
Sigilo das votações.....	23	consequências	32
Soberania dos veredictos.....	25	Competência da Justiça Militar da União	
Soberania dos veredictos e o sistema do		para crimes dolosos contra a vida	34
juiz das garantias	25	Competência da Justiça Militar dos Estados	
Mitigação ao princípio da soberania.....	26	para crimes dolosos contra a vida	34
Competência mínima	27	<i>Ratio legis</i>	35

CAPÍTULO 2 ► Da Acusação e da Instrução Preliminar

37

Arts. 406 a 412

Introdução	37	Inexistência de restrição quanto à condição	
Procedimento bifásico	37	da pessoa.....	49
Sistema trifásico?	37	Impedimentos.....	50
Citação	38	Obrigação de depor.....	50
Citação por meio eletrônico.....	38	Ressalvas.....	51
Número de testemunhas	39	Exceções. Pessoas não obrigadas a depor.....	51
Projeto original (PL n� 4.203/01)	39	Impedidos.....	51
Inovações do Projeto de Lei n� 4.203/01 que		Função.....	52
não foram recepcionadas na redação final da		Ministério	52
reforma de 2008	40	Ofício	52
Prova documental	42	Profissão.....	52
Justificações.....	42	Advogado.....	52
Exceções.....	43	Parlamentar	53
Resposta do acusado	44	Médico	53
Prazo para oitiva de testemunhas.....	44	Jornalista.....	53
Audiência una	44	Psicólogo.....	53
Ofendido. Conceito	44	Generalidades	53
Natureza jurídica	45	Liberação pela parte interessada.....	54
Valor probatório	45	Criminalização da conduta	54
Contraditório nas declarações do ofendido...	46	Abuso de Autoridade	54
Prova testemunhal. Conceito	47	Sistema de garantia de direitos da criança	
Valor probatório	47	e do adolescente vítima ou testemunha de	
Classificação	48	violência.....	54
Características da prova testemunhal.....	48	Requisição, pelo Delegado, de a��o cautelar de	
		antecipação de produção de provas	57

Reconhecimento. Definição.....	60	Aditamento da queixa pelo	
Valor probatório	61	Ministério Público.....	79
Reconhecimento pessoal ou fotográfico e		Prazo para o aditamento.....	79
inobservância do art. 226 do CPP.....	61	Negativa do promotor em aditar	
Outros meios de reconhecimento.....	61	a denúncia	80
Reconhecimento em plenário do Júri.....	62	Nova redação do art. 28 do CPP.....	80
Reconhecimento de coisas	63	Aditamento.....	80
Acareação. Definição.....	63	A <i>mutatio libelli</i> não vincula o juiz na sentença.....	80
Pressupostos.....	63	Rejeição do aditamento	81
Valor probatório	63	Debates em audiência	84
Esclarecimentos dos peritos.....	75	Princípio da oralidade.....	85
Audiência.....	75	Memoriais. Ressalva.....	85
Indeferimento de provas.....	76	Não adiamento do ato como regra geral	86
<i>Mutatio libelli</i>	77	Testemunha que comparece.....	87
O aditamento é necessário qualquer que seja		Autos conclusos para sentença	87
a pena imposta ao novo delito cogitado na		Prazo para encerramento desta fase do	
<i>mutatio libelli</i>	78	processo	87
Elemento ou circunstância da infração		A extinção do libelo	89
penal.....	78	Críticas.....	89
		Pontos positivos.....	89

CAPÍTULO 3 ► Da Pronúncia, da Impronúncia e da Absolvição Sumária

91

Arts. 413 a 421

Pronúncia	91	Críticas à impronúncia	111
Existência do crime	91	Nossa posição.....	112
Dolo eventual e qualificadoras do		Impronúncia e crimes conexos	114
homicídio.....	92	Juiz das garantias no tribunal do júri.....	114
Indícios de autoria.....	92	Despronúncia	114
O <i>in dubio pro societate</i> no rito especial		Absolvição sumária. Introdução	115
do júri.....	93	Decisão de mérito.....	115
Pronúncia fundada exclusivamente em		Distinção entre impronúncia	
elementos informativos obtidos na fase		e a absolvição sumária	115
inquisitorial.....	96	Cabimento.....	116
Teor da sentença de pronúncia	100	Excepcionalidade da absolvição sumária	116
Nulidade decorrente do excesso de		Constitucionalidade	117
linguagem	100	Inimputabilidade	118
Desentranhamento dos autos	101	Semi-imputabilidade.....	118
Necessidade de fundamentação	101	Absolvição sumária e crimes conexos	119
Dispositivo legal	101	Apelação	121
Exclusão de qualificadoras	101	Extinção do chamado recurso obrigatório	
Qualificadoras.....	102	contra a sentença de absolvição sumária.....	122
Causa de diminuição de pena.....	102	Legitimidade para a apelação	
Concurso de crimes	102	contra a sentença de impronúncia	123
Crimes conexos	102	Legitimidade para a apelação	
Recurso contra a pronúncia	103	contra a sentença de absolvição sumária	124
Legitimidade	103	Réu	124
Assistente e legitimidade para o recurso	103	Assistente	124
Fiança.....	107	Pessoas não incluídas na denúncia.....	125
Prisão decorrente da pronúncia	108	Ressalva.....	126
Inovação trazida com a reforma		Recusa quanto ao aditamento.....	126
do júri de 2008	108	<i>Emendatio libelli</i>	126
Impronúncia	110	Momento de aplicação da <i>emendatio libelli</i> ..	127
Novas provas	110		

Aplicação do princípio em grau de recurso ..	127	Sistema anterior	134
Desclassificação. Definição	130	Sistema atual.....	134
Juiz que recebe o feito	131	<i>Nemo tenetur se detegere</i>	134
Recurso cabível contra a desclassificação.....	131	Prazo do edital	136
Legitimidade para o recurso. Acusação.....	132	Preclusão da decisão de pronúncia	137
Assistente	132	Circunstância superveniente.....	137
Intimação da pronúncia	134	Decisão.....	138

CAPÍTULO 4 ► Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário 139

Arts. 422 a 424

Rol de testemunhas	139	Juntada de documentos	
Testemunha criança ou adolescente.....	139	e requerimento de diligências	142
Assistente de acusação	140	Ordenamento do processo	143
Cláusula de imprescindibilidade	141	Relatório	144
Número de testemunhas em plenário	141	Processo preparado	144
Vítima	142		

CAPÍTULO 5 ► Do Alistamento dos Jurados 145

Arts. 425 e 426

Sorteio e convocação dos jurados	145	Urna fechada	148
Número de jurados.....	145	Jurado profissional	148
Seleção dos jurados	146	Lista de jurados.....	149
Critério na seleção dos jurados	146		

CAPÍTULO 6 ► Do Desaforamento 151

Arts. 427 e 428

Introdução	151	Inadmissibilidade do pedido	162
Conceito	151	Trata-se de medida judicial	162
Críticas	151	Atraso na realização do julgamento.....	163
Quando é necessário	152	Revisão da necessidade da prisão	
Requisitos	152	provisória.....	163
Interesse da ordem pública	152	Demora acarretada pela defesa.....	164
Dúvida sobre a imparcialidade		Pedido do réu.....	165
dos jurados	153	Cautela	165
Dúvida sobre a segurança		<i>Numerus clausus</i>	165
pessoal do acusado	154	Desaforamento, crimes conexos ⁵	
Deslocamento da competência.....	154	e concurso de agentes	165
Processamento	158	Alcance.....	166
Órgão julgador do pedido.....	159	<i>Habeas corpus</i> e desaforamento.....	166
Oitiva do Ministério Público em 2º grau	160	Desaforamento e posterior execução	
Efeito suspensivo	160	da pena.....	166
Manifestação do juiz e das partes	161	Reaforamento	166

CAPÍTULO 7 ► Da Organização da Pauta 169

Arts. 429 a 431

Ordem do julgamento	169	Assistente e advogado	170
Exceções	169	Função do assistente.....	170
Publicação da pauta	170	Habilitação do assistente	171

Admissão do assistente	172	Prazo para recorrer.....	172
Oitiva do Ministério Público	172	Intimações	176
Irrecorribilidade	172		

CAPÍTULO 8 ► Do Sorteio e da Convocação dos Jurados 177

Arts. 432 a 435

Sorteio	177	Convocação	178
---------------	-----	------------------	-----

CAPÍTULO 9 ► Da Função do Jurado 179

Arts. 436 a 446

Jurado.....	179	Ainda perduraria a prisão especial para o jurado?	188
Requisitos objetivos	180	A presunção de idoneidade moral	189
Isenção do maior de 70 anos.....	180	Prisão especial	189
Idade mínima	180	Preferência em licitações, em concursos públicos e na promoção ou remoção funcional	190
Requisitos subjetivos	181	Obrigações	191
Vedação à discriminação	182	Falta sem justificação e multa	192
Jurado analfabeto.....	182	Comunicação quanto à falta	192
Recusa imotivada.....	184	Decisão quanto à dispensa do jurado	192
Hipóteses de isenção	185	Suplentes.....	193
Obrigatoriedade	186		
Convicção religiosa, filosófica ou política....	186		
Escusa de consciência	186		
Privilégios do jurado	187		

CAPÍTULO 10 ► Da Composição do Tribunal do Júri e da Formação do Conselho de Sentença 195

Arts. 447 a 452

Suspeição ou impedimento	195	Processo por fato análogo	201
Especificidades do Júri	195	Quando ele ou parente promova ou responda processo que tenha que ser julgado por qualquer das partes	201
Impedimento do juiz aplicável ao jurado	196	Aconselhamento de qualquer das partes	201
Causas de impedimento do juiz	196	Credor, devedor, tutor e curador	202
Rol taxativo	196	Sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.....	202
Causas de impedimento do juiz (aplicáveis ao jurado)	196	Foro íntimo	202
Cônjuge	197	Comunicação a órgão superior.....	203
Parentesco por consanguinidade	197	Juízos coletivos se incompatibilidades.....	203
Parentesco por afinidade	197	Impedimentos.....	208
Linha reta.....	197	Casuística	209
Linha colateral	197	Manifestação espontânea do jurado ou provocada pela parte	209
Grau de parentesco.....	197	Influência do voto do jurado impedido ou suspeito.....	210
Síntese	197	Participação em segundo julgamento	210
Juiz como testemunha.....	197	Ordem de manifestação de suspeição ou impedimento	211
Juiz que atuou no feito anteriormente	198	Quorum mínimo.....	211
Entrevista à imprensa.....	199	Outro Júri no mesmo dia	211
Parte ou interessado no feito	200		
Causas de suspeição do juiz (aplicáveis ao jurado)	200		
Amizade íntima	200		
Inimizade capital	201		

CAPÍTULO 11 ► Da Reunião e das Sessões do Tribunal do Júri

213

Arts. 453 a 472

Reunião e sessões.....	213	<i>Quorum</i> mínimo.....	225
Isenção e dispensa	213	Mínimo de 15 jurados.....	225
Pedido de adiamento formulado pelas partes	214	Esclarecimento sobre impedimento, suspeição e incompatibilidade	226
Ausência do Ministério Público	214	Incomunicabilidade	227
Ausência do advogado	216	<i>Ratio legis</i>	227
Ausência do réu solto	217	Razoabilidade na interpretação do conceito de incomunicabilidade	227
Ausência do assistente	218	Sorteio dos jurados e recusas	229
Ausência do advogado do querelante.....	218	Recusas motivadas	229
Ausência do réu preso	219	Recusas imotivadas ou peremptórias.....	229
Condução coercitiva do acusado.....	220	Críticas à recusa peremptória	230
Desobediência.....	222	Posição favorável à recusa peremptória.....	230
Proibição de desconto.....	222	Assistente de acusação	231
Separação das testemunhas.....	222	Recusas em caso de mais de um réu	232
Ausência da testemunha.....	223	Desacolhimento da recusa	233
Precatória.....	223	Estouro da urna	233
Abertura do julgamento	224	Compromisso do jurado	233
Pregão	224		

CAPÍTULO 12 ► Da Instrução em Plenário

235

Arts. 473 a 475

Oitiva da vítima e de testemunhas	235	Destinatários da prova	243
<i>Cross-examination</i>	235	Perguntas dos jurados.....	244
Filtro pelo juiz.....	236	Imprescindibilidade	244
Sistema tradicional	236	Interrogatório e as alterações trazidas pela Lei nº 10.792/03	244
Perguntas dos jurados	236	Contraditório no interrogatório?	245
Falso testemunho em plenário.....	237	Ordem de perguntas	246
Retratação	238	Uso de algemas	248
Acareação	238	Regulamentação do tema	248
Reconhecimento	239	Influência do uso de algemas para o jurado	249
Esclarecimentos do perito	239	Textos internacionais	250
Leitura de peças	240	Fixação de um critério mais objetivo	250
Sistema anterior	240	Réu solto	250
Sistema atual	240	Réu preso	251
Carta precatória	241	Conclusão.....	251
Prova cautelar	241	Revitimização e violência institucional	253
Prova antecipada.....	241	Registro dos atos probatórios.....	255
Prova não repetível.....	241		
Interrogatório	242		

CAPÍTULO 13 ► Dos Debates

257

Arts. 476 a 481

Ordem das falas	257	Reinquirição de testemunhas	265
Manifestação da acusação	257	Réplica e tréplica	266
Pedido de absolvição	257	Tréplica sem réplica?	266
Queixa-crime	259	Inovação na tréplica	267
Manifestação da defesa	259	Argumentação a favor da possibilidade de inovação	267
Acordo entre as partes	261	Nosso posicionamento contra a possibilidade inovação.....	268
Posição ocupada pelo Promotor de Justiça em plenário	262		

Conclusão	271	documento que guarde pertinência com	
<i>Ratio legis</i>	273	a causa	281
Menção à pronúncia	273	Ciência à parte adversa	281
Menção ao uso de algemas	273	Nulidade relativa	281
Menção ao silêncio do réu	274	Prova documental. Introdução	282
Críticas	274	Conceito de documento	282
Padrão de discurso	274	Classificação	282
Argumento de autoridade	275	Valor probatório	283
<i>Numerus clausus</i>	275	Casuística	283
Constitucionalidade do dispositivo	276	Indicação da folha dos autos referida	
Exibição e leitura de documentos		no discurso	287
em plenário	280	Recolhimento dos jurados à sala secreta	287
Leitura de doutrina e jurisprudência	281	Acesso aos autos	289
A exibição proibida, sem a prévia		Dissolução do Conselho de Sentença	289
comunicação da parte contrária, é do		Prova pericial	291

CAPÍTULO 14 ▶ Do Questionário e sua Votação 293

Arts. 482 a 491

Quesitação	293	Pode figurar como vítima	
Ordem de quesitação	295	do feminicídio pessoa transexual?	307
Desclassificação	297	De quem é a competência para o sumário	
Tentativa	297	da culpa no feminicídio?	308
Divergência sobre a tipificação do delito	297	Absolvição por clemência e julgamento	
Formulação do quesito	298	contrário à prova dos autos	312
Pluralidade de teses defensivas	298	Quesitos em séries	322
Tese negativa de autoria	301	Leitura dos quesitos	323
Não apreciação do excesso culposo	302	Encaminhamento à sala especial	324
Inimputabilidade	303	Votação	326
Dolo eventual e qualificadoras do homicídio...	305	Recolhimento dos votos	327
Feminicídio	305	Majoria	327
		Contradição nas respostas	328
		Termo	330

CAPÍTULO 15 ▶ Da Sentença 331

Arts. 492 e 493

Sentença no júri	331	As atenuantes incidem em todos os crimes?....	344
Fixação da pena privativa de liberdade	334	Terceira fase de aplicação da pena	345
Primeira fase de aplicação da pena	337	Concurso (homogêneo) de causas	
Concurso entre circunstâncias		de aumento.....	346
judiciais favoráveis e desfavoráveis	338	Concurso (homogêneo) de causas	
Segunda fase de aplicação da pena	340	de diminuição	347
Concurso entre circunstâncias		Regime inicial de cumprimento de pena	348
agravantes e atenuantes	341	Regime fechado	348
Agravante não articulada na denúncia pode		Regime semiaberto	349
ser reconhecida?	341	Regime aberto	349
Ordem de preponderância		Crítérios para fixação do regime	350
no concurso de agravantes e atenuantes	341	Pena de reclusão	350
Das agravantes	342	Regime fechado	350
As agravantes sempre agravam a pena?	342	Regime semiaberto	350
As agravantes incidem em todos		Regime aberto	350
os crimes?	342	Leis especiais	351
Das atenuantes	343	Pena de detenção	351
As atenuantes sempre reduzem a pena?	343		

Regime de cumprimento de pena do índio	351	Efeitos extrapenais específicos	365
Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher	352	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	366
Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração	352	Efeitos administrativos da condenação	366
Reparação do dano	353	Efeitos políticos da condenação	366
Fixação da reparação decorrente do dano (art. 387 do CPP)	354	Incapacidade para o exercício do pátrio poder (poder familiar), tutela ou curatela ...	369
Valor mínimo	354	A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	370
Condenado ao cumprimento de pena inferior a 15 anos	357	Soltura imediata do réu	370
Prisão imediata do réu condenado ao cumprimento de pena igual ou superior a 15 anos	358	Revogação das medidas restritivas	371
Concurso de crimes	360	Sentença absolutória imprópria	372
Lei no tempo	360	Outras consequências	373
O alcance do princípio da soberania do Júri e a apelação	361	Isenção de custas	373
O alcance do princípio da soberania do Júri e a revisão criminal	361	Devolução da fiança	373
Efeitos penais da condenação	364	Desclassificação	373
Efeitos extrapenais genéricos	364	Desclassificação própria	373
Confisco dos instrumentos e produtos do crime	364	Desclassificação imprópria	374
E se o produto ou proveito do crime não for encontrado ou estiver localizado no exterior?	365	Crimes de menor potencial ofensivo	374
		Suspensão condicional do processo	375
		Crimes conexos	376
		Leitura da sentença	377
		Intimação quando o réu esteve ausente do plenário	377

CAPÍTULO 16 ► Da Ata dos Trabalhos 379

Art. 494 a 496

Ata da sessão de julgamento	379	Rol exemplificativo	381
Conteúdo	380	Prazo e sanções	382
Presunção de veracidade	380		

CAPÍTULO 17 ► Das Atribuições do Presidente do Tribunal do Júri 383

Art. 497

Atribuições do Juiz. Introdução	383	Funções processuais	385
Funções de polícia	383	Poder de polícia	387
Menores no julgamento	384	Função decisória	387
Funções processuais	384	Apertes	387
Funções decisórias	384		

CAPÍTULO 18 ► Apelação Contra Decisões do Júri 389

Art. 593

Introdução	389	Nulidade posterior à pronúncia	391
Fundamentação vinculada	390	Sentença do juiz contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados	392
Hipóteses de cabimento	391		

Erro ou injustiça na aplicação da pena	392	<i>Reformatio in pejus</i> indireta no júri	395
Decisão manifestamente		Correção da pena	400
contrária à prova dos autos	393	Novo júri apenas uma vez mais	401
Alcance da decisão	394	Apelação pelo Ministério Público	402
<i>Reformatio in pejus</i>	394	Motivo	402

CAPÍTULO 19 ► Revisão Criminal Contra Decisões do Júri 405

Revisão criminal	405	Revisão criminal contra decisões do júri	415
Introdução	405	Efeitos da sentença	415
Conceito	406	Modificação da pena	416
Natureza Jurídica	406	Nulidade do processo e <i>non reformatio</i>	
Revisão criminal <i>pro societate</i>	407	<i>in pejus</i>	416
Cabimento	408	Reestabelecimento dos direitos	417
Hipóteses de admissibilidade	409	Medida de segurança	417
Legitimidade	412	Efeito extensivo	417
Legitimidade do Ministério Público			
para o ajuizamento de Revisão Criminal	413		

Índice 423

Anexo ► Modelos dos quesitos 427

1. Questionário simples: art. 121, “caput”, c.c. o art. 14, inc. II, ambos do CP	427	e IV, do CP + falso testemunho ocorrido em plenário	435
2. Questionário simples: art. 121, § 2º, inc. II, do CP	428	8. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, incs. III e V, e art. 213, ambos do CP	437
3. Questionário simples: art. 121, § 2º, inc. IV, c.c. o art. 121, § 4º, ambos do CP	429	9. Questionário simples: art. 121, § 2º, inc. III, do CP + semi-imputabilidade	439
4. Questionário simples: art. 121, §§ 1º. e 2º, inc. IV, do CP	430	10. Questionário simples: art. 121, § 2º, II, c.c. o art. 14, inc. II (tentativa branca), ambos do CP	440
5. Questionário em série (mais de um réu): art. 121, § 2º, incs. II e IV, do CP	431	11. Questionário simples: art. 121, “caput”, do CP (com tese de desclassificação para crime culposos)	441
6. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, incs. I e IV, e art. 250, § 1º, incs. I e II, “a”, ambos do CP	433	12. Questionário simples: art. 122, parágrafo único, I, do CP	442
7. Questionário em série (mais de um crime): art. 121, § 2º, incs. I		13. Questionário simples: art. 123 do CP	443